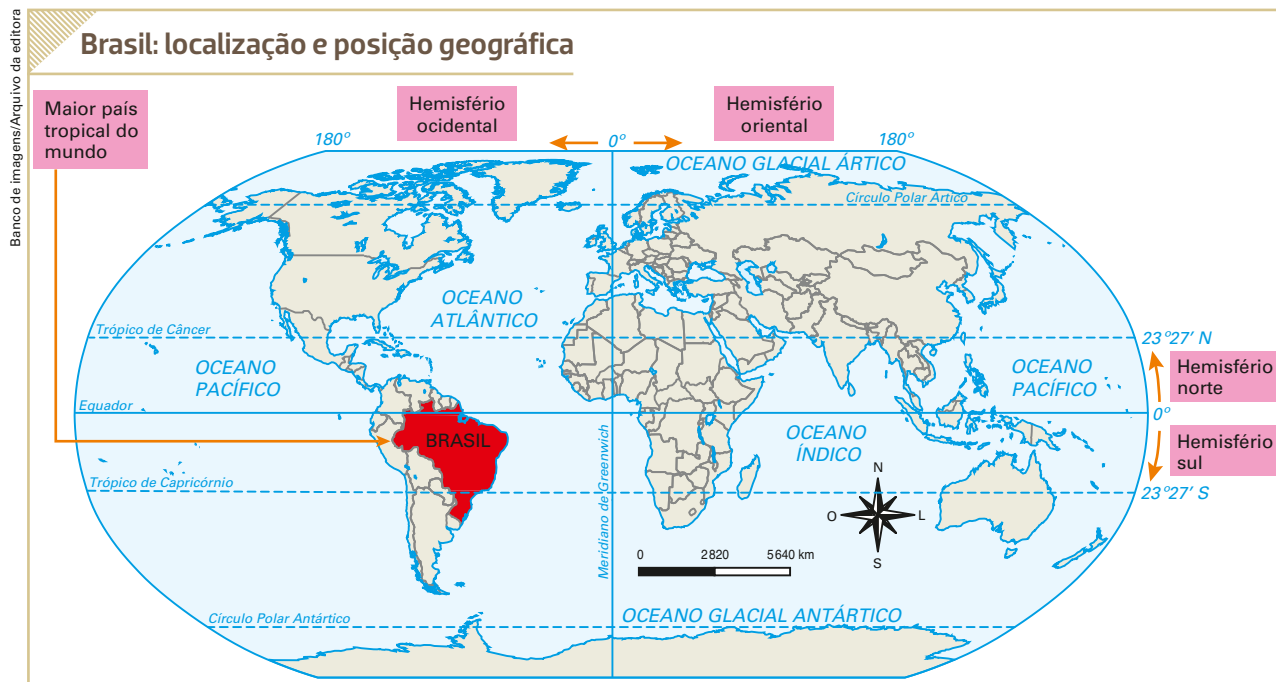


Brasil: localização e territorialidade

Brasil: localização e posição geográfica



▼ O Brasil é o único país do mundo que é “atravessado”, ao mesmo tempo, pelo equador e pelo trópico de Capricórnio, e, por isso, tem terras no hemisfério norte (7%) e no hemisfério sul (93%). Localizado a oeste do meridiano de Greenwich (Londres), o país situa-se inteiramente no hemisfério ocidental.

Posição geográfica, extensão e pontos extremos

Devido à sua posição geográfica, mais de 90% do território brasileiro encontra-se em áreas de baixa latitude, que compreende a zona intertropical: faixa localizada entre o trópico de Câncer (23° 27'N) e o trópico de Capricórnio (23° 27'S). Maior país tropical do mundo, o Brasil tem o clima e a vegetação marcados pela tropicalidade.

O Brasil situa-se na porção centro-oriental da América do Sul e ocupa cerca de 47% do território dessa porção do continente. Caso o mapa do território brasileiro fosse uma figura geométrica, ele seria semelhante a um triângulo isósceles, com a base voltada para o norte.

Conforme podemos observar na tabela ao lado, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países mais extensos do mundo.

Os países mais extensos do mundo (em terras descontínuas)

Pais	Área (km ²)	Continente
Rússia	17 098 242	Europa e Ásia
Canadá	9 984 670	América
Estados Unidos*	9 833 517	América
China	9 569 960	Ásia
Brasil	8 515 746	América
Austrália	7 741 200	Oceania

* Área total, considerando os territórios ultramarinos na América Central e na Oceania.

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>; IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

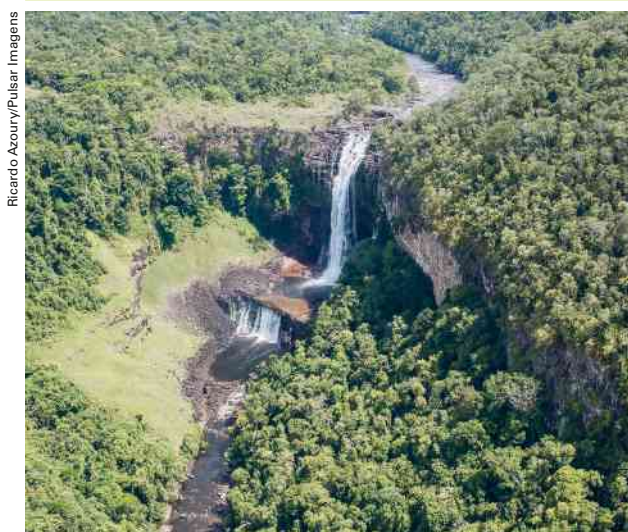
Esse critério de classificação leva em consideração terras descontínuas, como no caso dos Estados Unidos, em que são considerados os estados do Alasca e do Havaí, separados dos 48 estados continentais do país.

Em terras contínuas, o Brasil é o 4º país do mundo em extensão, com 1,6% da superfície terrestre (massas sólida e líquida) e 5,7% das terras situadas acima do nível do mar.

Podemos ter uma noção da grandeza do território brasileiro ao verificar a distância entre seus pontos extremos: são 4 394,7 km da nascente do rio Ailã, no Monte Caburaí, em Roraima (norte) ao arroio Chuí, no Rio Grande do Sul (sul); e são 4 319,4 km da Ponta do Seixas, na Paraíba (leste) à nascente do rio Moa, na serra de Contamana, no Acre (oeste). Por esse motivo, o Brasil é considerado um país equidistante, isto é, há apenas uma pequena diferença entre as distâncias de seus pontos extremos. Veja o mapa abaixo.



Adaptado de: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012. p. 91.



▼ Rio Ailã, próximo à fronteira do Brasil com a Guiana, no município de Uiramutã (RR), em 2014.

Fusos horários do Brasil

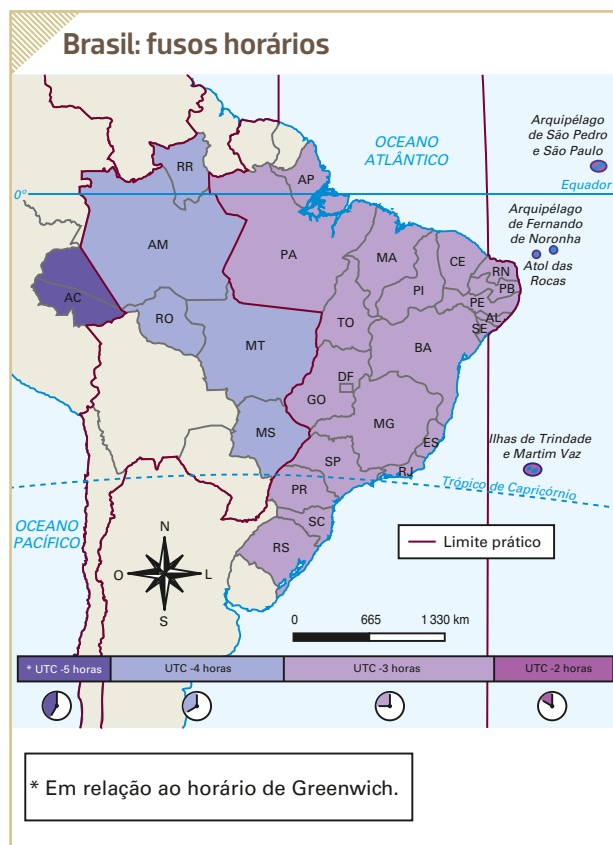
Devido à posição geográfica e à sua grande extensão territorial no sentido leste-oeste, o Brasil estende-se por quatro fusos horários distintos.

O primeiro fuso, atrasado em duas horas em relação à hora de Greenwich e adiantado uma hora em relação ao fuso oficial de Brasília, compreende apenas as ilhas oceânicas Fernando de Noronha, Trindade, Martim Vaz, atol das Rocas e arquipélago de São Pedro e São Paulo.

O segundo fuso horário é o fuso oficial de Brasília e engloba as regiões Sul, Sudeste e Nordeste e os estados de Goiás, Tocantins, Amapá e Pará. Esse fuso está três horas atrasado em relação à hora de Greenwich.

O terceiro fuso, atrasado quatro horas em relação a Greenwich, abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e quase todo o estado do Amazonas.

O quarto fuso foi restabelecido em 2013 e abrange o estado do Acre e treze municípios no oeste do estado do Amazonas, atrasado cinco horas em relação a Greenwich e duas horas em relação ao fuso oficial de Brasília. Veja no mapa a seguir os fusos horários do Brasil.



Adaptado de: OBSERVATÓRIO NACIONAL. Disponível em: <<http://pcdsh01.on.br/Fusoshor.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Os fusos horários brasileiros também são alterados em decorrência do horário de verão. Mas essa alteração não ocorre em todos os estados, nem durante todo

o ano. Sua abrangência é definida por alguns critérios. Leia mais sobre os critérios e os motivos da utilização do horário de verão no Brasil no texto a seguir.

Ampliando o conhecimento

Horário de verão no Brasil: objetivos, estados onde vigora e período de vigência

O principal objetivo do horário de verão é o melhor aproveitamento da luz natural em relação à artificial, adiantando-se os relógios em uma hora, de forma a reduzir a concentração de consumo de energia elétrica no horário entre 18 e 21 horas. A redução na coincidência de consumo entre os diversos consumidores de energia elétrica nesse horário, pela aplicação do horário diferenciado, provoca uma distensão do período de maior consumo e uma redução do valor do pico, chamada de demanda máxima de energia elétrica.

Dessa forma, consegue-se um menor carregamento de energia nas linhas de transmissão, nas subestações, e nos sistemas de distribuição, reduzindo o risco de não atender à população no horário de ponta. Isto em uma época do ano em que o sistema é normalmente submetido às mais severas condições operacionais de demanda. Além disso, essa redução na demanda máxima de energia elétrica exige menos investimentos na expansão da geração e transmissão de energia elétrica, uma vez que os investimentos normalmente são realizados para atender aos maiores requisitos de carga.

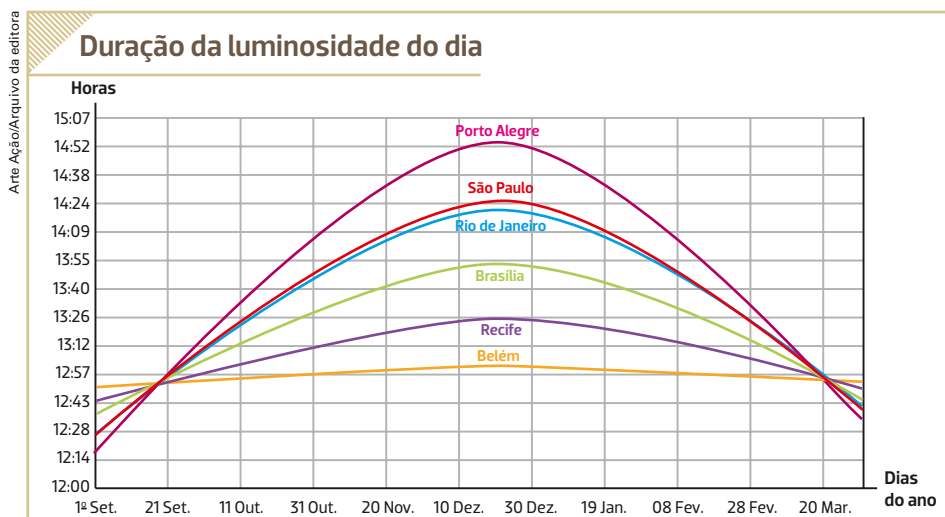
Assim, a redução dos picos máximos dos horários de demanda por energia proporciona uma utilização mais uniforme da energia elétrica durante o dia, o que a ca-

racteriza como uma medida de eficiência energética. Quanto mais uniforme a utilização da energia no período diário, mensal e anual, melhor se aproveita o sistema elétrico disponível, os recursos energéticos, e consequentemente os recursos naturais.

O horário de verão, que, em geral, se estende do terceiro domingo de outubro ao terceiro domingo de fevereiro, é mais eficaz nos estados mais distantes da linha do equador, onde há uma diferença mais significativa na luminosidade entre o verão e o inverno. Nos estados do Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os dias de verão são mais longos que no Norte e Nordeste. Com isso, é possível estimular as pessoas e as empresas a encerrarem suas atividades do dia com a luz do sol ainda presente, evitando que muitos equipamentos estejam ainda ligados quando é acionada a iluminação noturna. No Norte e Nordeste, houve poucos benefícios elétricos e energéticos nos estados em que houve horário de verão. Veja no gráfico a seguir a diferença de luminosidade entre algumas capitais brasileiras.

Quando o verão se aproxima do fim, os dias voltam a ficar mais curtos nas regiões mais ao sul, o sol começa a sair cada vez mais tarde. Com isso, torna-se necessária a interrupção do horário de verão, para evitar que as pessoas comecem o dia ainda no escuro e tenham que ligar a iluminação. Haveria também desconforto a crianças e trabalhadores que teriam que iniciar suas aulas ou seu trabalho ainda no escuro.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em: <www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/horario-brasileiro-de-verao>. Acesso em: 14 jan. 2016. (Adaptado.)



Adaptado de: ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Disponível em: <www.ons.org.br/download/avaliacao_condicao/horario_verao/HV2007.08.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Em 2011, devido a um aumento no consumo de energia, a Bahia aderiu ao horário de verão. No entanto, em 2012, a pedido da população, o estado desistiu de adotar a diferença de horário. Em contrapartida, nesse mesmo ano, o estado do Tocantins, visando reduzir o alto consumo de energia elétrica, passou a adotar o horário de verão.

Territorialidade, soberania e segurança nacional

Brasília, a capital federal, é o símbolo da territorialidade no sentido de soberania política sobre o território nacional. Antes de Brasília, o Brasil teve outras capitais. Salvador foi a primeira cidade a exercer esse papel de 1549 a 1763. Depois foi a vez da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil colônia e do Brasil independente de 1763 a 1960.

Construída exclusivamente para ser a capital do país, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960; teve seu projeto idealizado pelo arquiteto Lúcio Costa (Plano Piloto) e arquitetura dos edifícios públicos de Oscar Niemeyer.

A soberania brasileira não se limita apenas às suas terras superficiais. Também fazem parte do território nacional seu subsolo, espaço aéreo e **mar territorial**. Por essa razão, o Brasil tem o direito de explorar recursos minerais, energéticos, água subterrânea, etc., além de poder fiscalizar o tráfego realizado no espaço aéreo sobre seu território terrestre e seu mar territorial.

Mar territorial: compreende uma faixa de 12 milhas marítimas (21,6 km) de largura, medidas a partir do litoral continental e insular.

Embora o Brasil não apresente qualquer questão a ser resolvida em suas fronteiras terrestres, uma forte vigilância é exercida nesses locais, mesmo com a atividade sendo dificultada pela grande extensão e a presença da floresta Amazônica no norte do país.

Dentro da política de soberania e segurança nacionais, destacam-se o conceito de Faixa de Fronteira e os projetos Calha Norte, Sipam/Sivam e RadamBrasil.

A Faixa de Fronteira compreende uma extensão interna de cerca de 150 km de largura ao longo dos 15 719 km das fronteiras terrestres brasileiras. Nessas áreas, de vital importância à Segurança Nacional, qualquer atividade só é permitida com autorização do governo federal. Na região da Faixa de Fronteira encontram-se 11 estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Esses estados fazem fronteira com dez países da América do Sul, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

O projeto denominado Desenvolvimento e Segurança na região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas ficou conhecido como **Programa Calha Norte**. Criado efetivamente em 1985, esse programa foi elaborado pelo governo militar para proteger a faixa de fronteira da Amazônia — área relativamente despovoada e objeto de incursões de redes do narcotráfico e de agentes não nacionais em missões indígenas.

O Calha Norte abrange todo o território dos estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima e do Amapá e 27 municípios do estado do Pará.

Revitalizado, a partir do ano 2000, o Programa Calha Norte recebeu verbas para a construção de quartéis, estradas e melhorias sociais para as aldeias indígenas. Essa preocupação teve como principal motivo a atuação de organizações não governamentais na faixa de fronteira, considerada pelas autoridades uma ameaça à soberania nacional.



Adaptado de: MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte/area-de-atuacao-do-programa-calha-norte>; IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/ff_brasil.html>.

Acesso em: 5 jan. 2016.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) é um projeto de grandes dimensões, criado para proteger e fornecer subsídios para o desenvolvimento de uma área muito importante para o país: a Amazônia Legal, que abrange os estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Esse projeto apresenta como um dos seus componentes o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que entrou em vigor em 1997.

O Sivam funciona como uma rede de coleta e processamento de dados da Amazônia e apresenta uma infraestrutura integrada que dispõe de técnicas modernas, como sensoriamento remoto, vigilância por radares, monitoração ambiental e meteorológica, recursos computadorizados e meios de telecomunicações (satélites), com um centro de Coordenação Geral sediado em Brasília e três Centros Regionais de Vigilância que se encontram em Belém, Manaus e Porto Velho.

Seus principais objetivos são reduzir as atividades ilegais (contrabando da fauna e da flora, tráfico de drogas, invasão de terras indígenas) e monitorar a região protegendo o meio ambiente, principalmente evitando o desmatamento da floresta Amazônica.

Em 2002, o Sivam foi dividido em Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta IV), responsável pela vigilância do

tráfego aéreo na região da Amazônia Legal, e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), responsável pela gestão de todo o Sipam.

O Projeto Radam (Radar da Amazônia) foi criado na década de 1970 com o objetivo de detalhar a geologia, o relevo, os solos e a cartografia da Amazônia e do Nordeste brasileiros. Aos poucos, o projeto, que utilizava técnicas como sensoriamento remoto e aerofotogrametria, ampliou-se e, em 1975, foi estendido a todo o território brasileiro, passando a se chamar Radambrasil.



Ricardo Azoury/Pulsar Imagens

▼ Radar e antena do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), em São Gabriel da Cachoeira (AM), em 2012.

O Brasil na Antártida

Em primeiro de dezembro de 1959, doze países — Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, República Sul-Africana (hoje África do Sul) e União Soviética (extinta em 1991) — assinaram o Tratado da Antártida, que passou a vigorar em 1961.

O tratado definiu a realização de pesquisas científicas no continente e estabeleceu uma área situada ao sul do paralelo 60° especialmente para esse fim. Definiu princípios importantes, como: liberdade para pesquisa científica, cooperação entre países para esse fim e utilização pacífica da Antártida. Esse tratado reconhece a importância do continente para toda a humanidade. Assim, esse território deve ficar indeterminadamente livre da discórdia entre os países, especialmente no que diz respeito a aspirações territoriais. Ficou também estabelecido que seria proibida a militarização da região, bem como explosões nucleares ou depósitos de lixo atômico no continente.

O Brasil aderiu ao Tratado da Antártida em 1975 e deu início ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) em 1982. As atividades brasileiras de pesquisas científicas começaram entre 1982 e 1983, a bordo do navio Barão de Teffé. Em 1983, nosso país foi admitido como Membro Consultivo no Tratado da Antártida.

O Proantar é responsabilidade da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), coordenada pelo Ministério da Marinha.

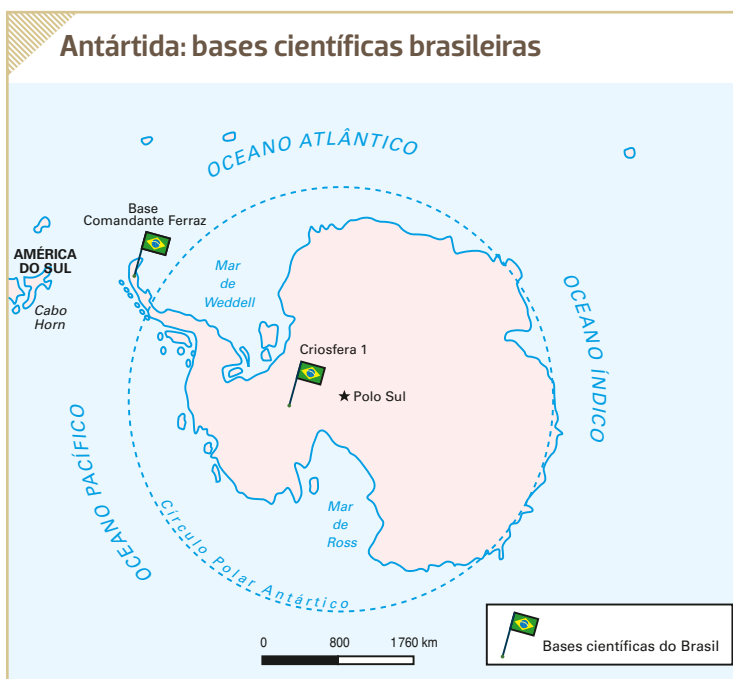
As atividades do Proantar são realizadas na Estação Antártica Comandante Ferraz, nas ilhas Nelson, do Elefante, Rei George e no navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, que substituiu o Barão de Teffé, em 1994. Suas principais áreas de estudo são as Ciências da Atmosfera, Ciências da Terra e Ciências da Vida.

A Estação Antártica Comandante Ferraz, com capacidade para abrigar 106 pessoas, localiza-se na ilha Rei George, na baía do Almirantado.

Embora não existam efetivamente terras brasileiras na Antártida, devemos lembrar que navios ou bases militares de nosso país fora do território nacional têm soberania brasileira.

Em 2012, dois acontecimentos marcaram o programa brasileiro na Antártida. Um bastante positivo foi a inauguração do primeiro módulo brasileiro de pesquisa, o Criosfera 1, localizado no interior da Antártida, 670 km do polo sul. Veja o mapa ao lado.

O outro foi o incêndio que atingiu de maneira trágica a Estação Antártica Comandante Ferraz, afetando cerca de 70% de suas instalações, vitimando dois marinheiros e destruindo anos de pesquisa. As operações do Proantar continuam sendo realizadas no navio oceanográfico Ary Rongel e no navio polar Almirante Maximiano até a Estação ser reconstruída.



Adaptado de: O ESTADO de S. Paulo. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,pela-primeira-vez-brasil-tera-estacao-cientifica-no-interior-da-antartida-imp-,749866>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Texto elaborado com base em: MARINHA DO BRASIL. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Disponível em: <www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html>; O ESTADO de S. Paulo. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/geral,pela-primeira-vez-brasil-tera-estacao-cientifica-no-interior-da-antartida-imp-,749866>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Fronteiras terrestres e marítimas

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nosso país possui 23 086 km de fronteiras, sendo 15 719 km de fronteiras terrestres e 7 367 km de fronteiras marítimas.

As fronteiras terrestres do nosso país foram demarcadas segundo as características da paisagem predominante na região, como rios, lagos, montanhas, serras, picos e também por meio de linhas geodésicas, linhas traçadas no terreno, tendo como referência os paralelos e os meridianos.

Fronteiras terrestres

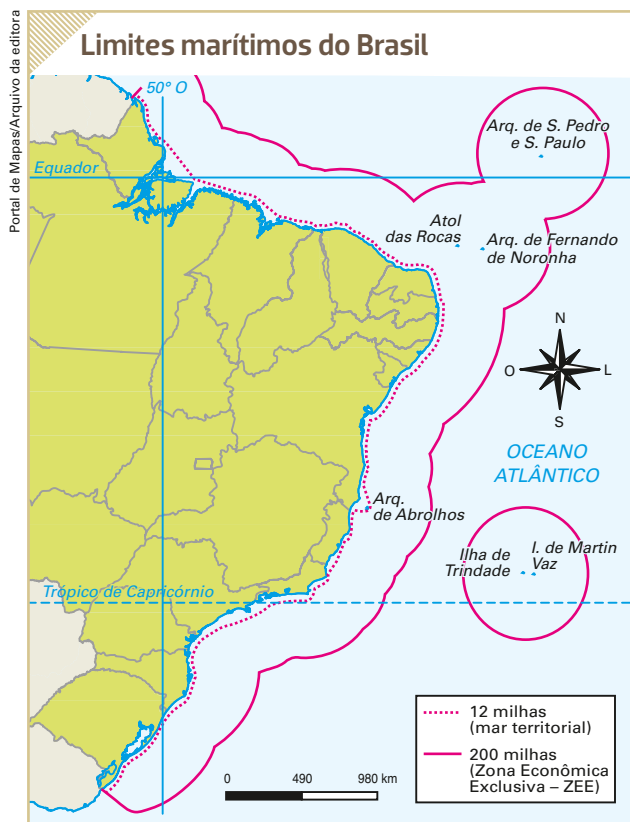
As fronteiras terrestres brasileiras representam cerca de 68% de toda a extensão dos limites territoriais do nosso país. Devido à grande extensão, o Brasil só não faz fronteira com o Chile nem com o Equador, entre os países sul-americanos.

Como vimos, os 15 719 km de extensão de fronteiras terrestres fazem divisa com dez países e englobam terras das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Ao norte, o Brasil faz fronteira com Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela; a noroeste, está a Colômbia; a oeste, encontram-se Bolívia e Peru; a sudoeste, Paraguai e Argentina; ao sul, Uruguai. Veja, novamente, o mapa da página 13.

Fronteiras marítimas

Os 7 367 km de fronteiras marítimas brasileiras estendem-se desde a foz do rio Oiapoque, entre a Guiana Francesa e o Amapá, até a barra do arroio Chuí, entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

Além do grande desafio que é proteger as fronteiras terrestres, é necessário proteger as fronteiras marítimas, a fim de garantir soberania para exploração, conservação e gestão dos recursos naturais.



Adaptado de: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012. p. 90.

As ilhas oceânicas

Alguns pontos distantes no oceano Atlântico também fazem parte do território brasileiro: são as nossas ilhas oceânicas. As mais conhecidas são as ilhas do arquipélago de Fernando de Noronha (PE); as outras são a ilha de Trindade e os arquipélagos de São Pedro e São Paulo e de Martin Vaz. De origem vulcânica, essas ilhas são picos da Dorsal Atlântica.

O **Atol** das Rocas também faz parte dessa cadeia de montanhas. No entanto, como o nome indica, é de origem coralígena, e é a única formação desse tipo, tão comum no oceano Pacífico, encontrada no oceano Atlântico Sul Ocidental.

As ilhas oceânicas são resultado da história geológica do planeta Terra, do tempo em que a África e o Brasil se separaram. Todas as ilhas oceânicas brasileiras são de domínio da Marinha e são consideradas **unidades de conservação**, pois possuem uma grande diversidade de espécies que só ocorrem nesses ambientes.

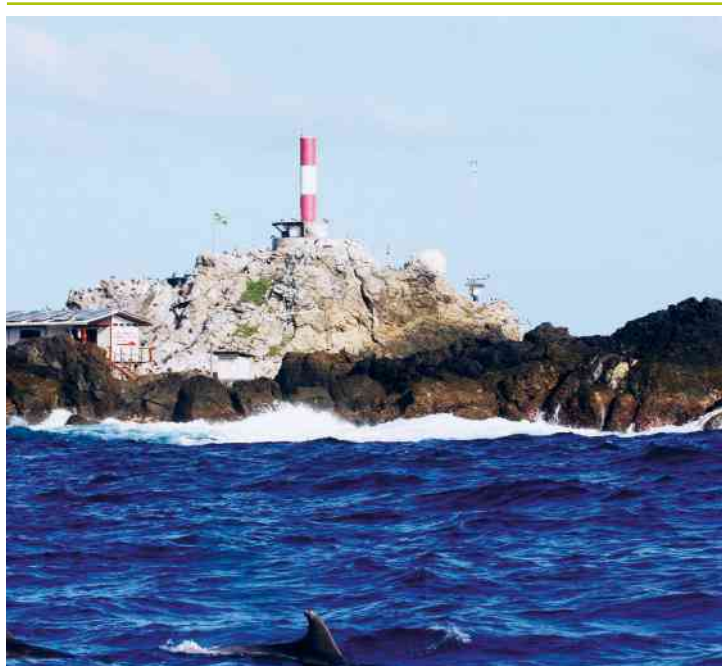
Atol: recife de forma circular.

Unidade de conservação: área delimitada do território nacional que contém recursos naturais de importância ecológica ou ambiental e, por isso, é especialmente protegida por lei.

Para regularizar os direitos de exploração e a soberania dos países sobre a faixa de mar que banha o seu litoral, foi assinado um tratado internacional — a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada na Jamaica. O tratado foi assinado pelo Brasil e mais 118 países, em 1982, mas só entrou em vigor em 1994.

Segundo a Convenção, o Brasil tem “direito de soberania e controle pleno sobre as águas, o espaço aéreo e o subsolo dessas águas, na faixa de fronteira marítima denominada mar territorial e que deve ter, no máximo, 12 milhas marítimas (21,6 km) além das costas brasileiras”.

O tratado estabeleceu uma faixa que se estende por 200 milhas marítimas (370 km) a partir do mar territorial dos países que possuem litoral, e também a partir de suas ilhas oceânicas efetivamente ocupadas. Essa faixa foi denominada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), isto é, dentro desses limites, todos os recursos oferecidos pelo mar podem ser explorados pelo país que a detém.



Lucas Milmann/Arquivo do autor

▶ O arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) é formado por cinco ilhotas maiores e várias outras de menor tamanho. Está localizado a 0° 56' N e 29° 22' O, tendo como ponto mais próximo da costa brasileira o estado do Rio Grande do Norte. Sua posição geográfica, entre os hemisférios norte e sul e os continentes africano e americano, favorece a realização de várias pesquisas. Para isso foi construída uma Estação Científica no arquipélago. Foto da base da Marinha brasileira no ASPSP, em 2013.

Atol das Rocas

O Atol das Rocas situa-se a cerca de 145 km a oeste do arquipélago de Fernando de Noronha e a aproximadamente 260 km a nordeste da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, sendo o único atol presente no oceano Atlântico Sul Ocidental. Apresenta elevada importância ecológica por sua alta produtividade biológica e por ser importante zona de abrigo, alimentação e reprodução de diversas espécies de animais. O Atol das Rocas foi transformado na primeira Reserva Biológica Marinha do Brasil, em 5 de junho de 1979.

Duas ilhas estão presentes na porção interior do Atol das Rocas:

- **Ilha do Farol**, com cerca de 34,6 mil metros quadrados, 1 km de comprimento, por 400 metros de largura, era conhecida pelos franceses e ingleses como Sable ou Sand. O nome atual deveu-se à construção do primeiro farol na ilha, em 1881, que acabou suspenso em virtude de a torre não atender às necessidades do local. O farol, que permanece em atividade na ilha, foi inaugurado em 1967;
- **Ilha do Cemitério**, com cerca de 31,5 mil metros quadrados, 600 metros de comprimento, por 150 metros de largura, era chamada de Grass ou Capim. O nome atual é devido aos sepultamentos de fareleiros e familiares, assim como das vítimas dos diversos naufrágios. As duas ilhas estão a cerca de 3 metros acima da preamar, sendo avistadas, aproximadamente, a 10 milhas náuticas de distância, dependendo da direção de aproximação do Atol das Rocas.

As origens do atol

O Atol das Rocas tem sua origem na mesma fratura perpendicular à cadeia Dorsal Atlântica, de onde emergiu o arquipélago de Fernando de Noronha (Zona de Fratura de Fernando de Noronha). Tal como o arquipélago, o Atol das Rocas é o cume de um imenso edifício vulcânico, cuja base se perde no abismo atlântico. A diferença entre essas duas formações está em suas elevações vulcânicas, pois, enquanto Noronha se ergueu a até 323 metros acima do nível do mar, Rocas se ergueu ao nível do mar (mais suscetível à ação de ondas). Com o tempo, a ação das ondas reduziu todo o cume para alguns metros — dois ou três — abaixo da superfície do mar. A formação desse substrato próximo à superfície do mar, devido à disponibilidade de luz e nutrientes, possibilitou a ocorrência de colônias de algas calcárias e corais. O desenvolvimento dessas colônias, nas bordas das formações vulcânicas submersas, deu origem aos recifes em forma circular (devido ao cume do vulcão submarino), com a presença de lagunas em seu interior. A esta formação recifal dá-se o nome de atol.

O Atol das Rocas apresenta forma de uma elipse semicircular com área interna de 5,5 km². O seu eixo Leste-Oeste possui aproximadamente 3,7 quilômetros, e o eixo Norte-Sul, cerca de 2,5 quilômetros. Ainda que o Atol tenha dimensões pequenas e a ausência de uma laguna profunda, fato usado como argumento para que Rocas não fosse considerado um atol verdadeiro, sua morfologia atual apresenta várias características que são encontradas nos atóis ao redor do mundo. Destacam-se entre elas:

- a presença de laguna rasa e ilhas arenosas a **sotavento** do recife, características dos atóis do Caribe;
- a existência de uma crista de algas coralinas na borda recifal, particularidade dos atóis indo-pacíficos;
- a maior extensão do anel recifal no lado a **barlavento** do atol.

Sotavento: lado oposto de onde sopra o vento.
Barlavento: lado de onde sopra o vento.



ICMBio/MMA

▼ O Atol das Rocas é o cume de um imenso vulcão que emergiu do oceano Atlântico e difere de Fernando de Noronha apenas em sua elevação. O desenvolvimento de colônias nas bordas das formações vulcânicas submersas deu origem aos recifes em forma circular, chamados de atóis. Na imagem, vista aérea do Atol das Rocas, 2015.

GASPARINI, J. L.; CHAGAS, L. P. Atol das Rocas. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Geografia: Ensino Fundamental e Ensino Médio: o mar no espaço geográfico brasileiro*. Brasília, 2005. p. 88-89. (Explorando o ensino, 8). Disponível em: <www.mar.mil.br/secirm/publicacoes/revistas/geografia.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

1. Identifique a região geográfica brasileira onde está localizado o Atol das Rocas.
2. Justifique sua importância ecológica.
3. Caracterize sua formação.
4. **Geografia e Biologia** Pesquise e responda: há habitantes humanos residindo no Atol? Explique.

Refletindo sobre o conteúdo

1. Leia atentamente um pequeno texto sobre o Brasil:

[...] as terras colonizadas pelos portugueses na América Meridional compreendiam quadros geográficos predominantemente intertropicais. O Brasil é, antes de tudo, um grande território tropical de face leste, refletindo em seus tipos de climas, como em seus grandes domínios paisagísticos, ou nos fundamentos de sua economia agrária, todas as consequências dessa tropicalidade.

V. V. A. A. História da civilização brasileira: a época colonial. São Paulo: Difel/Difusão Cultural, 2004. v. 1. p. 55.

- a) Explique a frase sublinhada.
- b) Identifique duas características físicas ou naturais decorrentes desse quadro geográfico intertropical.

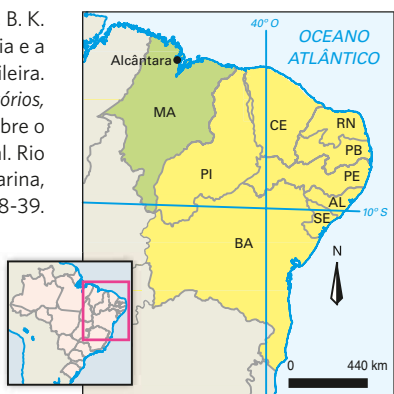
2. Leia o texto sobre os sistemas de proteção e vigilância instalados na Amazônia brasileira.

A outra razão para a integração amazônica é o que está acontecendo neste início do século XXI, em termos de mudanças globais: a América Central e a fachada do Pacífico da América do Sul estão sofrendo um processo de militarização crescente. Existem localidades de operação avançada — este é o nome para evitar chamar de bases — desde a Costa Rica, Curaçao, Panamá, Colômbia, Equador, Bolívia e Chile (e Alcântara). Mas a pressão para colocar bases no território brasileiro era muito grande, muito maior.

De certa maneira, houve uma resistência por parte do Brasil. Os projetos dos Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia (Sipam/Sivam) foram uma resposta do governo brasileiro a essa pressão.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: BECKER, B. K. Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 38-39.

Adaptado de: IBGE. Atlas geográfico escolar. 6. ed. Rio de Janeiro, 2012. p. 162.



Portal de Mapas/Arquivo da editora

- a) Observe no mapa a localização de Alcântara e explique sua importância para o Brasil.
- b) Justifique a relevância do projeto Sipam/Sivam no contexto da preservação do meio ambiente e da soberania nacional na Amazônia.

3. Acompanhe um relato sobre as fronteiras brasileiras.

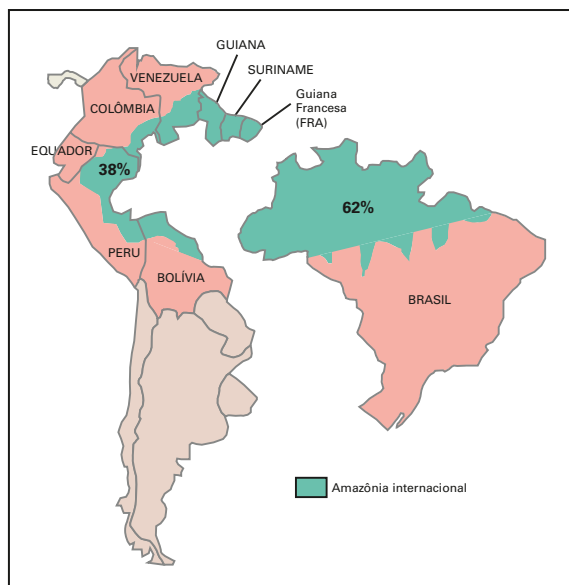
Simon Schwartzman, sociólogo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), afirma que o Brasil investe cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) na área militar. “Em termos comparados, os gastos militares brasileiros não são altos. O Brasil de fato não tem uma história de guerra com vizinhos, nem perspectivas disto, mas tem problemas sérios de falta de segurança nas fronteiras territoriais e marítimas. Tem áreas internas controladas por gangues armadas, que trazem armas e contrabando do exterior sem muita dificuldade.”

O TEMPO. Disponível em: <www.otempo.com.br/capa/brasil/fronteiras-est%C3%A3o-desprotegidas-1.819440>. Acesso em: 6 jan. 2016.

- a) Cite cinco países que fazem fronteira com o Brasil.
- b) Identifique o aspecto positivo e o negativo das fronteiras brasileiras segundo Schwartzman.

4. Leia o texto e analise a representação a seguir.

A determinação soberana dos países sobre o território amazônico continua sendo política porque as perspectivas sobre a “Grande Amazônia” decorrem dos olhares nacionais, próprios de cada um dos países. As Amazonas estão submetidas às múltiplas pressões que vêm influenciando mudanças de atitudes e políticas desde a década de 1990.



Banco de Imagens/Arquivo da editora

MELLO-THÉRY, N. A. Território e gestão ambiental na Amazônia: terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2011. p. 102.

- a) Por que a autora fala em Amazonas?
- b) Explique a representação acima.